

Os “holandeses” de Carambeí e suas línguas: um estudo sobre identidade

(The “Dutches” from Carambeí and their languages: a study about identity)

Leticia Fraga¹

¹ Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

leticiafraga@gmail.com

Abstract: The aim of this paper is to discuss the identity manifested by the “Dutches” from Carambeí, a small city in Paraná, considered the oldest Dutch colony established in Brazil in the 20th century. To conduct this discussion, we use the ethnographic method (SAVILLE TROIKE, 1989). The denomination “Dutches” (between quotes) occurs because the community from Carambeí established an opposition where “they” are identified as “Brazilians” (people who were born in Brazil and are not Dutch descendants) and “we”, the “Dutches” (people who were born in Brazil and are Dutch descendants). The data collected in this research led us to conclude that the identity manifested among the members from the surveyed groups isn’t homogeneous, stable or uniform. On the contrary, it is inconstant and even contradictory (MEY, 1998).

Keywords: identity; linguistics plurality; Portuguese/Dutch bilingualism.

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a identidade manifesta pelos “holandeses” de Carambeí, uma pequena cidade no interior do Paraná, considerada a mais antiga colônia holandesa estabelecida no Brasil no século XX. Para realizar essa discussão, utilizou-se o método etnográfico (SAVILLE TROIKE, 1989). A denominação “holandês” (entre aspas) se deve ao fato de que a comunidade de Carambeí estabelece uma oposição entre “eles”, identificados como “brasileiros” (nascidos no Brasil e não descendentes de holandeses) e “nós”, os “holandeses” (nascidos no Brasil e descendentes de holandeses). Os dados coletados nessa pesquisa levam-nos a concluir que a identidade manifestada entre os membros dos grupos pesquisados não é homogênea, estável ou uniforme. Ao contrário, ela é inconstante e até mesmo contraditória (MEY, 1998).

Palavras-chave: identidade; pluralidade linguística; bilinguismo português/holandês.

Introdução

À primeira vista, Carambeí, uma cidadezinha de dezessete mil habitantes, distante 15 km da cidade de Ponta Grossa/PR, é uma típica cidade do interior: silenciosa, tranquila, onde todo mundo conhece todo mundo.

Mas se a analisamos mais detidamente, percebemos que ela tem características que a diferenciam das outras pequenas cidades da região. Logo na entrada da cidade, por exemplo, há um pequeno jardim com flores e duas réplicas dos famosos moinhos holandeses, de mais ou menos 2 metros cada um.

Em seguida, após a entrada da cidade, já na Avenida dos Pioneiros, que é a principal avenida do centro, há o Hotel *De Klomp* (“o tamanco”), famoso pelo imenso tamanco holandês na entrada. Se continuarmos pela Avenida dos Pioneiros, poderemos ver também uma série de casas antigas, de arquitetura bastante semelhante.

Os moinhos do jardim da entrada da cidade, o hotel *De Klomp* e seu imenso tamanco holandês e a arquitetura das casas antigas da Avenida dos Pioneiros – além de

outros indícios que atraem a nossa atenção, como o logotipo da famosa “holandesinha” da Fábrica de Laticínios Batavo – remetem de forma bastante explícita ao fato de que Carambeí é uma cidade fundada por holandeses. Mais especificamente, a primeira – portanto, a mais antiga – colônia holandesa do Brasil, fundada em 1911.

E, apesar de a colônia ser bastante antiga – está às vésperas de completar cem anos de fundação – até hoje ir a Carambeí é como sair do Brasil e ir para outro país, principalmente porque lá as pessoas são todas muito altas, claras, de cabelos louros e olhos azuis. Muito parecidas umas com as outras, aos nossos olhos.

Essas são as primeiras impressões que tivemos a respeito da cidade de Carambeí e de sua gente. Mas o que é fato e o que é prejuízo? Quem são realmente essas pessoas? São holandeses ou são brasileiros? Considerando que essas questões ainda não foram suficientemente respondidas e que o município de Carambeí é bastante complexo cultural e linguisticamente, este estudo pretende descrever a situação linguística da comunidade “holandesa”¹ de Carambeí, mais especificamente a questão da identidade dos “holandeses” de Carambeí, tomando como unidade de análise a comunidade de fala holandesa, a família e o indivíduo bilíngues em português/holandês. Como hipótese de trabalho propõe-se que a identidade dos “holandeses” não é uma só. Os mais velhos tendem a ver-se como “holandeses” e os mais jovens, como “brasileiros”.

Referencial teórico: a noção de identidade

Para Toscan (2005, p. 50), a noção de identidade pressupõe a de alteridade, isto é, a existência do *outro* diferente do *eu*. Ambos se determinam reciprocamente, uma vez que ser *X* equivale a não ser *Y*. Neste trabalho, por exemplo, segundo depoimentos, “ser holandês” implica “falar holandês” e “não ser brasileiro”, ou seja, implica uma negação, uma diferenciação do outro. Enfim, “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (SILVA, 2000, p. 79). Além disso, na relação entre identidade e diferença, se estabelece uma “oposição binária”, isto é, enquanto um dos termos é prestigiado, valorizado, o outro, em oposição, é negado, desprestigiado (AMÂNCIO, 2007, p. 48).

Para Silva (2000, p. 76), a identidade e a diferença são consequência de um processo que se dá cultural e socialmente.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Portanto, a identidade não é imutável, lógica, fixa, mas inconstante, incoerente, instável e incompleta, posto que é estabelecida por pressões sociais. Dessa forma, identidade

¹ Neste trabalho, as designações “holandês(es)”/“holandesa(s)” (entre aspas) serão usadas para fazer referência ao indivíduo descendente de holandeses que nasceu no Brasil, em oposição às designações “brasileiro(s)”/“brasileira(s)” (também entre aspas), que se referem ao indivíduo que nasceu no Brasil e não é descendente de holandeses. A opção por essas designações deu-se por duas razões: os próprios “holandeses” de Carambeí fazem esta distinção (autodenominam-se “holandeses” e distinguem-se dos não holandeses, a quem chamam “brasileiros”) e Rickli (2003) propõe em seu trabalho sobre a colônia de Castrolanda a utilização do termo “brasileiro” como referência ao indivíduo que nasceu no Brasil e que não tem ascendência holandesa.

e diferença não são “simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2000, p. 81). Além disso, “dependendo de suas posições nos processos da sociedade, as pessoas ‘modernas’ podem ter identidades distintas e, algumas vezes, conflitantes” (MEY, 1998, p.87-88).

Consideramos, assim, que a identidade social é uma representação, relativa à posição no mundo social, e portanto intimamente vinculada às questões de reconhecimento. Concebemos a possibilidade de múltiplas identidades, com base em referenciais distintos – como a origem territorial, a condição de gênero, a etnia, a atividade profissional etc. –, pois, enquanto uma construção simbólica, a identidade não é decorrência automática da materialidade. (PENNA, 1998, p. 93)

Em termos gerais, os “holandeses” de Carambeí inicialmente consideram-se brasileiros, sem exceção. Mas, à medida que dão seus depoimentos, percebe-se que ora se estabelece uma oposição entre “eles”, identificados como “brasileiros” (os nascidos no Brasil e não descendentes de holandeses) e “nós”, os “holandeses” (os nascidos no Brasil e descendentes – filhos, netos ou mesmo bisnetos – de holandeses); ora entre “eles”, os holandeses da Holanda, e “nós”, os “holandeses” do Brasil. Há também os que afirmam sentir-se “meio holandês/meio brasileiro”, já que os “brasileiros” os consideram “holandeses” e os holandeses os consideram “brasileiros” e os que não se sentem “nada, coisa alguma”.

Segundo depoimentos, a condição de “ser brasileiro” é “óbvia”, uma vez que todos “nasceram no Brasil”, na cidade de Carambeí. No entanto, essa parece uma denominação incompleta, que não dá conta de tudo o que a questão envolve (como o fato de boa parte da comunidade ser/ter sido bilíngue em holandês/português), ou seja, ser “brasileiro” é diferente de ser “brasileiro descendente de holandeses”. Daí a autodenominação “holandês” (em oposição a “brasileiro”) mesmo para os nascidos no Brasil.

Nesse sentido, as noções de atitudes linguísticas e de identidade de grupo encontram-se imbricadas. “Já que existe uma relação entre língua e identidade, esta se manifesta nas atitudes que os indivíduos manifestam em relação a essas línguas e aos seus usuários” (FERNÁNDEZ, 1998, p. 180).

No entanto, é preciso considerar que “A língua não tem a princípio qualquer papel especial ou constitutivo na identidade social – embora muitas vezes isso seja tomado como um pressuposto” (PENNA, 1998, p. 101), pois se se “estabelecer uma relação direta entre prática cultural e identidade social” necessariamente se deve considerar “que a ausência de determinado traço indica perda de identidade” (PENNA, 1998, p. 100).

Daí a pertinência do seguinte depoimento:

- (1) Eu acho que mesmo que ninguém mais fale holandês aqui em Carambeí, mas nós vamos continuar sendo os holandeses. Acho que daqui a vinte anos, mesmo que não fale uma palavra de holandês, nós vamos ser sempre os holandeses (AF).

Assim, a partir da observação das atitudes manifestadas por um grupo em relação à fala do outro, torna-se possível verificar se se estabelece ou não uma relação de identidade – linguística e social – entre eles, “brasileiros” e “holandeses”. Em contrapartida, a identidade expressa ou não por um grupo em relação a outro pode também influenciar as atitudes manifestadas (AMÂNCIO, 2007, p. 51).

Os dados coletados nesta pesquisa levam-nos a concluir que a identidade manifestada entre os membros dos grupos pesquisados não é homogênea, estável ou uniforme. Ao contrário, ela é inconstante e até mesmo contraditória. É importante esclarecer que a identidade discutida aqui é aquela que o informante manifesta e não a que o pesquisador indica, pois também duvidamos, assim como Mey (1998, p. 82), de que alguém tenha “o direito de dizer que ele ou ela pertence a um determinado grupo étnico”. Da mesma forma que não se pode “negar que ele ou ela pertence a tal grupo”. Se alguém o faz, sob quais fundamentos?

Nesse sentido, evitamos a classificação a partir do que “achamos ser” e consideramos essencialmente o que dizem sobre si mesmos os participantes, pois:

Parece não ser possível ao pesquisador deduzir a identidade do indivíduo ou do grupo a partir de seu modo de vida. Práticas [como a fala], bens etc. – ou seja, a partir de sua objetividade – pois **a representação mental do investigador**, produto do modo como percebe aquela materialidade, **pode não coincidir necessariamente com a que o próprio indivíduo faz de si** ou de suas práticas (ou a que outros grupos fazem dele). (PENNA, 1992, p. 72, grifos nossos)

Materiais e métodos

Nesta pesquisa, para fazer o levantamento dos dados a respeito da identidade dos “holandeses” de Carambeí, utilizou-se o método etnográfico, pois estudos etnográficos muito têm contribuído para o entendimento da história da cultura de diferentes povos, uma vez que possibilitam que “uma variedade de métodos sejam utilizados para minimizar a imposição das percepções e categorias culturais [do pesquisador] no registro e interpretação de um outro sistema”, como afirma Saville Troike (1989, p. 128). Portanto, utilizar o método etnográfico significa levantar todos os dados possíveis de uma comunidade, no sentido de investigar um determinado grupo e sua cultura específica. Segundo Arnould e Wallendorf (1994), o método etnográfico caracteriza-se pela prática de: a) coleta de dados e registro das ações no seu local natural (ou seja, onde acontecem na realidade e não em laboratórios ou em situações superficiais); b) participação do pesquisador em um contexto cultural específico; c) incorporação de múltiplas fontes de dados, entre as quais se encontram a observação (que pode ser participante ou não participante) e a entrevista (não estruturada ou estruturada).

Assim, o método etnográfico requer que o investigador penetre no universo cultural de um grupo étnico específico e, guiado basicamente pelas informações aí obtidas, desvende sua história, seus significados e suas respectivas inter-relações. Em etapa posterior, é preciso selecionar os eventos correlacionados aos objetivos investigativos propostos ou selecionar o que, no curso da investigação, se revele mais significativo para o específico interesse do etnógrafo. Por envolver a chamada observação-participativa, os estudos etnográficos proporcionam uma ampla visão sobre, por exemplo, a real significação de determinados fatores sociais e linguísticos em determinada comunidade de fala. Logo, ao adotar um método dessa natureza, evitam-se, por exemplo, meras descrições.

Apesar das vantagens citadas, o método tem limitações. Em geral, constata-se, por exemplo, que o problema a ser investigado nos estudos etnográficos vai-se delineando

juntamente com a pesquisa na comunidade. Em decorrência disso, as hipóteses também se definem durante a investigação (HEATH, 1982). No entanto, uma das maiores dificuldades advindas do método etnográfico reside no caráter subjetivo tanto das observações, quanto das avaliações feitas. Portanto, é preciso atentar para que os valores ou preconceitos do grupo social de que o investigador faz parte não interfiram na seleção e na análise dos dados observados no grupo alvo.

Alguns estudos de situações semelhantes à situação que observamos sinalizam o fato de que a análise de uma situação linguística como a da colônia de Carambeí exige muito mais do que a simples descrição da situação funcional das línguas faladas pela comunidade pesquisada. Daí a opção pelo método etnográfico.

Em síntese, atentou-se para uma questão inerente à tarefa do etnógrafo, a de suspender temporariamente o julgamento e abstrair os conhecimentos próprios, que são consequência do pertencimento a uma cultura particular, de forma a tentar entender outra vida cultural como um *insider*. Esse foi o procedimento adotado quando da coleta de dados etnográficos no município de Carambeí-PR.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram a observação e a entrevista, que são bastante relevantes no caso de um trabalho de natureza qualitativa, que envolve pesquisa de campo, como este.

Consideramos, enfim, que:

A observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. [...] O observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. [...] A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da “perspectivas dos sujeitos”, o importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. [...] Finalmente, a observação permite a coleta de dados em situações em que é impossível outra forma de comunicação. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26, grifos do autor)

A observação como “sympathetic participant-observer” ou como “analytical participant-observer”, isto é, junto com o grupo e sobre o grupo, foram ambas adotadas, em diversos ambientes como, por exemplo, nas Igrejas (em cultos, estudos bíblicos, batizados e casamentos de membros da comunidade “holandesa”) e nas escolas. Pela observação, que compreendeu aproximadamente o período de um ano e meio (de março de 2005 a agosto de 2006), pôde-se a) obter impressões sobre a vida comunitária e sobre as condições de vida dos membros da comunidade “holandesa” de Carambeí; b) reconstruir o contexto sócio-histórico da colonização de Carambeí e da imigração dos holandeses para o Paraná, por meio de relatórios de testemunhas da época; c) captar as variedades linguísticas e as línguas usadas na comunidade de fala holandesa em situações de interação natural; d) determinar, com base nas observações feitas em situação de interação natural, os domínios da língua imigrante e da língua nacional; e e) observar fatos dentro de núcleos familiares e examiná-los em relação ao uso da língua holandesa e da língua portuguesa.

Já a entrevista é um instrumento importante, pois por meio dela podem-se obter respostas mediante perguntas diretas ao informante. Manter um diálogo com o participante torna mais fácil a tarefa de obter as informações que se desejam colher, pois desse modo pode-se observar não apenas o que estava sendo dito pelo participante, mas como era dito.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. [...] Como se realiza cada vez de maneira exclusiva, seja com indivíduos ou com grupos, a entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre entrevistador e entrevistado. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34)

Uma vez que optamos pela entrevista semiestruturada, elaboramos um roteiro, cuja utilização atendeu inicialmente à necessidade de submeter os informantes aos mesmos tópicos, mas possibilitou também que houvesse uma atitude flexível do pesquisador na situação de entrevista permitindo-lhe a) repetir questões até que se tivesse a garantia de que o informante a havia compreendido; b) retomar questões não respondidas satisfatoriamente, pelo fato de o informante se desviar com o relato de dados não pertinentes; e c) avaliar a necessidade ou não de suspender temporariamente a sessão de entrevista, em função do cansaço do informante, retomando-a posteriormente.

Observou-se anteriormente que os participantes foram selecionados a partir da observação realizada na comunidade. A seguir se descreverão os grupos de participantes selecionados, um total de vinte e quatro pessoas, que residem tanto numa pequena área urbana – um pequeno centro onde se localizam agências bancárias, escola estadual, lojas, supermercados etc. – quanto em locais mais afastados, na área propriamente rural (em fazendas e sítios).

Os critérios gerais pré-estabelecidos para a seleção dos participantes foram os seguintes: a) ter mais de 18 anos; b) ser descendente de holandeses (pelo lado materno ou paterno); c) ter nascido (ou se mudado até os 5 anos) e sempre vivido na região de Carambeí; d) ser bilíngue em português/holandês em algum grau.

Antes de cada entrevista, preenchíamos uma ficha com os dados pessoais dos participantes, tais como nome completo, idade, escolaridade, cidade em que mora, endereço etc. Na ficha, havia, também, um espaço reservado para anotar o local em que a entrevista foi realizada e a data. Os participantes foram identificados pelas iniciais para preservar a identidade de cada um.

No Quadro 1, a seguir, pode-se observar o perfil dos participantes que forneceram os dados referentes à discussão sobre a identidade dos “holandeses” de Carambeí.

Quadro 1 – Perfil sociocultural dos participantes

Participante	Sexo	Idade	Ascendência	Naturalidade
DG	M	70 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
HS	M	73 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
JG	M	71 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
BD	M	71 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
JLG	F	75 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
WGG	F	75 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
THS	F	72 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
WCGE	F	74 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
AF	M	50 anos	filho de pais holandeses	Telêmaco Borba
BD	M	50 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
WD	M	47 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
RW	M	46 anos	filho de pais holandeses	Carambeí
RHB	F	44 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
IS	F	43 anos	filha de pais holandeses	Castrolanda ²
WSGG	F	41 anos	filha de mãe indonésia e pai holandês	Carambeí
AJWB	F	42 anos	filha de pais holandeses	Carambeí
CD	M	23 anos	neto de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí
FF	M	22 anos	neto de avós paternos holandeses	Carambeí
DF	M	24 anos	neto de avós paternos holandeses	Carambeí
MG	M	21 anos	neto de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí
GF	F	22 anos	neta de avós paternos holandeses	Carambeí
SSM	F	21 anos	filha de mãe holandesa e pai “brasileiro” (filho de pais holandeses)	Carambeí
MD	F	20 anos	neta de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí
FD	F	21 anos	neta de avós maternos e paternos holandeses	Carambeí

Para que os principais estratos da comunidade estivessem contemplados na pesquisa, fez-se uma reflexão cuidadosa sobre quais variáveis sociais seriam levadas em consideração. Então, optou-se por dois critérios: idade e sexo.

A divisão por faixa etária é relevante neste estudo, pois um dos seus objetivos é verificar se há diferentes manifestações de identidade. Foram consideradas três faixas etárias, sendo que o primeiro grupo é formado por jovens de 18 a 25 anos (primeira faixa etária), o segundo compreende participantes entre 35 e 50 anos (segunda faixa etária) e o terceiro grupo abrange pessoas com mais de 70 anos de idade (terceira faixa etária).

Já a divisão por sexo justifica-se pelo fato de que homens e mulheres exercem diferentes papéis em cada comunidade (PAIVA, 2004, p. 35). Por essa razão, homens e mulheres podem manifestar diferentes identidades. Em Carambeí, em função do trabalho, o homem tem mais contato com pessoas “não holandesas”. Dessa forma, pode-se dizer que os homens participam de uma rede social mais aberta, o que exige um maior uso do

² Mudou-se para Carambeí aos 2 anos.

português em relação às mulheres, que, em geral, se dedicam mais a trabalhos domésticos, interagindo menos com outras pessoas de fora da comunidade.

Assim, o conjunto dos participantes foi dividido em seis grupos:

- a) Grupo 1M – idosos, entre 70 e 75 anos, bilíngues em holandês/português: DG; HS; JG; BD.
- b) Grupo 1F – idosas, entre 70 e 75 anos, bilíngues em holandês/português: JLG; WGG; THS; WCGE.
- c) Grupo 2M – homens entre 45 e 50 anos, bilíngues em holandês/ português: AF; BD; WD; RW.
- d) Grupo 2F – mulheres entre 40 e 45 anos, bilíngues em holandês/ português: RHB; IS; WSGG; AJWB.
- e) Grupo 3M – jovens (sexo masculino), entre 20 e 25 anos, alguns somente bilíngues incipientes em holandês/português: CD; FF; DF; MG.
- f) Grupo 3F – jovens (sexo feminino), entre 20 e 25 anos, algumas somente bilíngues incipientes em holandês/português: GF; SSM; MD; FD.

Dessa forma, mediante a comparação entre estas diferentes amostras, acredita-se ser possível a generalização dos resultados obtidos.

Apresentação dos resultados

Os resultados da pesquisa sobre a identidade dos “holandeses” de Carambeí serão apresentados a seguir, por grupo de participantes.

Grupo 1M

O grupo 1M se autodenomina “holandês” em oposição aos “brasileiros”, que são, na verdade, os nascidos no Brasil que não têm ascendência holandesa. Os limites e contrastes que se estabelecem entre os grupos são explicitados por meio do emprego dos dêiticos “nós” e “eles”, presentes em praticamente todas as entrevistas, assim como outras expressões que evidenciam a existência de uma separação nítida entre os grupos dos “brasileiros” e dos “holandeses” de Carambeí. Muitos, inclusive, afirmam que os “brasileiros” é que os consideram “holandeses”. Portanto, se “holandeses” e “brasileiros” não formam um grupo único, isso também se deve aos “brasileiros”, que os veem como um grupo à parte.

- (2) Os **brasileiros** que moram **aqui** se acostumam com os **holandeses** e **nós** com **eles**. Então **nós** somos, não **a gente, eu**, por exemplo, **nós aqui** [em Carambeí] **nós** somos **brasileiros**, mas talvez o **brasileiro** ache que nós não somos. [...] Tanto é que **nós** também, **nós** não tivemos nunca [amigos] **brasileiros**, né? E nem **holandeses** também. [...] É, eu tenho ótimos relacionamentos com tantas e tantas pessoas, né? Nessa minha vida toda aí, até hoje tenho, me dou muito bem, agora talvez também por falta de oportunidade, nunca cultivei uma amizade assim, mais intensa com, com, com **brasileiro**. [...] Eu sinto que, sei lá, existem algumas coisas que são diferentes (DG).

Os mais velhos relatam conflitos vividos pelos jovens, conflitos esses que parecem não entender.

- (3) Lembra ainda, treinando os hinos, hinos nacionais, um rapaz de família S. [Há] quarenta anos atrás. Ele cantando hino nacional da Holanda, fechou a boca. [Eu] disse: “por que você não ta cantando junto?” “Sou brasileiro” [ele respondeu]. “Sim, mas é educado quando vem gente da Holanda e gente do Brasil cumprimentar este gente brasileira com hino brasileiro e as autoridades da Holanda cantando hino nacional da Holanda”. [Ele disse] “ah, sim, eu canto”. [Então] ele cantava junto (HS).

De acordo com o depoimento, “brasileiros” e “holandeses” não formam um grupo único, homogêneo. É como se os “holandeses de Carambeí” fossem um grupo à parte, distinto até mesmo dos “holandeses da Holanda”. Estes, por sua vez, são considerados pelos “holandeses” de Carambeí mais “diferentes” do que os próprios “brasileiros”.

- (4) Nunca cultivei uma amizade assim, mais intensa com, com, com **brasileiro**. [...] Eu sinto que, sei lá, existem algumas coisas que são diferentes. E os **holandeses que vêm da Holanda** pra cá, daí é mais. A diferença pra mim é maior ainda (DG).

Grupo 1F

Assim como o grupo anterior, o Grupo 1F também se autodenomina “holandês”, em oposição ao grupo dos “brasileiros”.

- (5) Eu fiquei boba, **holandês** é de café mesmo. Mas o **brasileiro** também gosta café (WGG).
- (6) Uma vez no mês [há] um reunião **nossa**, dos velhinhos, só dos **holandês** (JLG).
- (7) Os **holandês** têm [um encontro de jovens], mas é tudo em português. Os **holandês** têm, mas os luterano são muito pouco. Daí não compensa, porque o pastor vem de Castro. **Nosso** pastor sempre vem de Castro, tem que pagar pedágio (JLG).

A denominação “brasileiro” serve para identificar o elemento “diferente” em termos linguísticos, culturais e religiosos. Muitas vezes é o “intruso” que desestrutura a família “holandesa”, modificando seus hábitos e costumes.

- (8) Os nossos filhos, os três, casaram com **brasileiros**, né? Que que se vai fazer? (TS).

Mas apesar de as “holandesas” considerarem-se distintas dos “brasileiros”, o grupo também se vê como um grupo diferente dos chamados “holandeses da Holanda”. Aliás, em relação a esse grupo parece haver uma relação de hostilidade mútua, pelo fato de estes se considerarem “superiores” aos imigrantes.

- (9) Quando **eles** vêm pra cá [holandeses], **eles** debocham, sabe, do jeito que a gente fala (HLV).
- (10) [O nome é] *heipkeis*, mas não é o nome certo, né? Não é *heipkeis* pras **holandês**, né? Mas pra **nós** é! Eu tenho um tio, né, que veio da Holanda, daí **nós** oferecemo *heipkeis* e **ele** [perguntou] “que que [é] isso??” (WGG)

Grupo 2M

O grupo 2M também faz uma distinção entre dois grupos, “nós” e “eles”, sendo que “eles” corresponde ao grupo dos “brasileiros”. Em contrapartida, o grupo do “nós” não é identificado explicitamente como o grupo dos “holandeses” pelos participantes do grupo.

- (11) Aqui em Carambeí não era tanto assim. **Nós** já tínhamos contato com o **brasileiro** direto (AF).

É mais frequente o grupo afirmar que é visto como “holandês” pelos “brasileiros”, o que, inclusive, parece não ter relação alguma com o fato de falar ou não holandês. Além disso, segundo o grupo, essa é uma diferenciação que sempre existirá, independentemente da vontade ou das atitudes dos “holandeses”.

- (12) Eu acho que mesmo que ninguém mais fale holandês, aqui, em Carambei, mas **nós** vamos continuar sendo os **holandeses**. Acho que daqui a vinte anos, mesmo que não fale uma palavra de holandês, **nós** vamos ser sempre os **holandeses** (HM).

Muitos, aliás, rejeitam fortemente a denominação de “holandês”. No entanto, como se pode observar na fala a seguir, percebe-se que recusar a designação de “holandês” não significa assumir a de “brasileiro”, que sempre acaba correspondendo a um “ele/eles” e nunca a um “eu/nós”.

- (13) A maior vergonha que eu tive [foi] na vida profissional. Quando eu comecei a trabalhar na cooperativa. E lá sempre o meu apelido foi “**seu holandês, seu holandês, holandês**”. Eu falei “eu não sou holandês”. Mostrava minha carteira de identidade. “Aqui, ó” Será que o **brasileiro** é tão burro de me dar uma carteira de identidade brasileira se eu... Não sou holandês. [...] Esse complexo [de estrangeiro] eu nunca tive. Mas eu posso te garantir, por eu ter sido uma exceção, no escritório, porque a maioria tinha sua própria propriedade, a maioria dos filhos das propriedades, **eles** trabalhavam nas chácaras mesmo. Então dentro do escritório eu era uma exceção. **Filho de holandês**, trabalhando no escritório, onde a maioria era **brasileiro**, vamos dizer assim. Daí, vinha de Ponta Grossa ainda o pessoal, então daí nas reuniões e tudo sempre, meu apelido sempre foi “**holandês**” no escritório. “**Seu holandês**”, “**seu holandês**”. Sempre contestei. E não é vergonha o termo certo. Ainda não concordo com esse termo teu. Não era vergonha. Só contestava. O termo pra mim não é vergonha. O termo pra é, me enchia o saco mesmo. “Por que que você me chamam de **holandês**? Eu não quero ser chamado de **holandês**” (AF).

Alguns participantes do grupo se autodenominam “descendentes de holandeses”, expressão mais “neutra”, que parece ser um meio-termo entre “holandês” – que é “forte demais” – e “brasileiro” – que parece insuficiente.

- (14) Tava já cinco meses na Holanda, encontrei um colega que estudava comigo no Brasil. Era **descendente de holandês** também (RW).
- (15) Que língua que eles falam com os filhos deles? E são **descendentes de holandês** também (AF)

Assim como os grupos anteriores, este grupo também não se identifica com os chamados “holandeses da Holanda”. No entanto, pelo menos aparentemente, entre esses dois grupos não se estabelece uma relação de hostilidade explícita.

- (16) Quando vêm os **holandeses**, que eu converso com **eles**, muitas vezes eu tenho que perguntar: “pode repetir?” ou “que palavras, o que que é essa palavras que falou?”. Então são palavras que **eles** usam. Então, é, eu, pra contar sobre a história de Carambei lá na, no museu, muitas vezes eu tenho que pedir ajuda até dos próprios **holandês** porque de vez em quando **eles** fala uma palavras e é parecida com francês ou com, com inglês e eu não sei falar inglês. Então **eles, eles** me ajudam muitas vezes a descobrir as palavra certa pra aquilo que eu quero falar, pra, pra frase que eu quero formar. Então eu, eu falo razoavelmente. Não, os **holandeses** ficam admirados com, né, com, mais porque eu nasci aqui e, né, eu tive na Holanda, mas eu nasci aqui, então **eles** ficam admirados com o meu holandês (BD).

Grupo 2F

Este grupo é o primeiro que não se autodenomina – implícita ou explicitamente – “holandês”. Ao contrário, uma parte das participantes do grupo se autodenomina explicitamente “brasileira”, argumentando que nasceu no Brasil, conforme se pode verificar pelos depoimentos a seguir:

- (17) Eu não sou **holandesa**, eu sou **brasileira**, e isso pra mim há um tempo foi um problema. Assim, todo mundo pede porque, né? Você tem o sotaque. E o meu é bem acentuado, daí a... e daí a, fica aquela coisa, [de que] eu não sou **brasileira** (IS)
- (18) Na Holanda todo mundo pergunta pra mim, “você é estrangeira”, né? [E eu respondo:] “É, sou **brasileira**” (IS)

No entanto, para outra parte do grupo a questão não parece tão simples. De um lado, não se consideram “holandesas”, pois não nasceram na Holanda. Por outro lado, assumir-se como “brasileiras” parece não ser suficiente para dar conta de todas as especificidades inerentes ao assunto (que envolve, inclusive, o bilinguismo em holandês/português ainda presente na comunidade). Daí a denominação ‘alternativa’ de “carambiano”, este sim um termo mais “específico” do que (simplesmente) “brasileiro”. Muitos participantes falam inclusive que é muito comum, ao dizerem que são de Carambeí – ou “carambeianos” –, serem perguntados se são “holandeses”.

- (19) – Você se considerada **holandesa**?
– Ah, me considero **carambiana** (WSGG).
- (20) Eu me sinto **carambiana**, é (IS).

É possível ter uma ideia do quanto a questão é complexa analisando depoimentos como o transcrito a seguir, em que a informante não utiliza nenhuma designação explícita para referir-se ao grupo a que pertence, da mesma forma que não nomeia o grupo oposto. A distinção entre os grupos restringe-se à utilização de termos como “nós/a gente” em oposição a “eles”:

- (21) Então essa intriga **a gente** sempre tem, né? Não é todos, né? Não é **nós** que somo contra **eles**, de jeito nenhum. Tem muita gente boa aqui em Carambeí. Mas isso eu acredito que seja mesmo, **a gente** não é assim de ficar se abrindo, né? **A gente** num gosta de ficar se mostrando. Você tem essa diferença em qualquer lugar (AJWB).

Este grupo também entende que muitas vezes é considerado “holandês” pelos “brasileiros”, o que o distancia destes e impede que “holandeses” e “brasileiros” formem um grupo único, homogêneo.

- (22) Aqui **você** é visto como **holandês** e lá na Holanda... (AJWB)

Este grupo também é o primeiro a admitir a possibilidade de que ser identificado como “holandês” é algo que causa vergonha.

- (23) Essa vergonha existe, de ser chamado de **holandês** (IS).

Grupo 3M

Este grupo considera-se brasileiro, uma vez que “nasceu no Brasil e não fala holandês”.

- (24) A gente? A gente é brasileiro, ué! Eu nasci no Brasil. E a minha língua materna é o português. Nem falo holandês direito (MG).

Por essa razão, o Grupo 3M não se considera um grupo à parte, distinto do grupo dos “brasileiros”. Na fala do grupo, não existe o emprego dos termos “nós” e “eles” ou de outras expressões que evidenciam a existência de uma separação nítida entre o grupo dos “brasileiros” e o dos “holandeses” de Carambeí. Muitos, inclusive, estabelecem essa distinção em relação aos seus antepassados (avós, especialmente), que, esses sim, correspondem a um “eles” que constitui um grupo isolado.

- (25) **Eles** têm dificuldade, né? Não falam português direito. Daí parece que também não se integraram. Ficam só entre **eles** ali. Daí é difícil (FF).

No entanto, segundo o grupo, em geral os “brasileiros” os consideram “holandeses”, o que, na prática, dificulta um efetivo pertencimento ao grupo dos brasileiros.

- (26) A gente é brasileiro, mas tem gente que não acha. Daí é chato (CD).

Grupo 3F

Da mesma forma que o grupo anterior, o grupo 3F também se considera “brasileiro”, pois nasceu no Brasil e sua língua materna é o português.

- (27) A gente é brasileira, nasceu no Brasil, fala português. O pouco que eu sei de holandês aprendi na escola, como se fosse uma língua estrangeira (MD).

Portanto, as moças “holandesas” consideram-se parte do grupo dos “brasileiros”, apesar de muitas vezes serem identificadas como “holandeses” pelos brasileiros não descendentes de holandeses:

- (28) Sempre no mesmo horário tinha a saída da [Escola] Júlia [Wanderley]. Então sempre tinha provocação: “olha ali a **holandesa**”. Então tinha que sair correndo pra casa pra não ter de encontrar (SSM).

Também como o grupo anterior, as moças consideram que seus antepassados (avós, especialmente) são um grupo à parte, que corresponde a um “eles”, os “holandeses” não integrados, em oposição a um “nós”, os “brasileiros” que assim se consideram.

Discussão dos resultados

Em geral, percebe-se que se estabelecem dois grupos distintos: o dos “brasileiros” e dos “holandeses”. No caso dos primeiros grupos (Grupos 1M, 1F, 2M, e parte do Grupo 2F), há uma “auto-separação”, ou seja, os “holandeses” consideram-se “holandeses” em oposição ao grupo dos “brasileiros”. Já no caso dos últimos grupos (parte do Grupo 2F e Grupos 3M e 3F), há uma separação estabelecida por parte dos “brasileiros”, que consideram os descendentes de holandeses como “holandeses”, portanto, como “diferentes”. Essa não-identificação (estabelecida pelo próprio grupo ou imposta pelo *outro*) entre os dois

grupos pode ter traduzida pelo levantamento das seguintes características atribuídas, pelos “holandeses”, aos “brasileiros” e a si mesmos.

Neste pequeno levantamento, observa-se o quanto a questão da religião é importante para os “holandeses” protestantes (visto que, na comunidade estudada, há quase uma relação de igualdade entre “ser holandês” e “ser protestante”). Muitos chegam a dizer que o maior entrave à relação entre “holandeses” e “brasileiros” é a diferença religiosa. Além disso, pode-se perceber que praticamente todos os “defeitos” dos “brasileiros” têm a ver com a questão da (falta de) religiosidade. Por essa razão, a conversão religiosa (em função do casamento misto) é sempre vista com maus olhos pelos “holandeses”, pois os “brasileiros” não são considerados “lá muitos religiosos”.

Enfim, nos depoimentos dos participantes “holandeses” de Carambeí, percebe-se a presença de juízos de valor implícitos, que desempenham papel definitivo no estabelecimento de identidades ou diferenciações entre os grupos (AMÂNCIO, 2007, p.87).

Portanto, os “holandeses de Carambeí” e os “brasileiros” são nitidamente grupos distintos, distinção essa que contraria a identidade que os últimos grupos (parte do Grupo 2F e Grupos 3M e 3F) afirmam existir, uma vez que consideram a si mesmos “brasileiros”, mas confirma a impressão geral de não-identidade “imposta” pelos “brasileiros” que consideram os “holandeses” um grupo à parte, separado, cujas fronteiras são bem delimitadas.

A identidade dos “holandeses de Carambeí”, portanto, é conflitante, pois são “holandeses” brasileiros (nascidos no Brasil), mas ao mesmo tempo não são simplesmente brasileiros. Por essa razão, autodenominam-se “holandeses” (Grupos 1M e 1F) ou mesmo “carambianos” (Grupos 2M e 2F) e também “descendentes de holandeses” (Grupos 3M e 3F). Portanto, é uma identidade complexa, que encerra incoerências, posto que os “holandeses” de Carambeí também não se identificam com os “holandeses da Holanda”, de quem fazem questão de se distinguir. Além disso, ainda é interessante observar que, nesses termos, ser “holandês” não implica falar holandês. Os depoimentos, aliás, são muito claros quanto a isso. No entanto, a língua holandesa foi durante muito tempo a única língua falada na comunidade, de modo que assumiu um valor maior do que o da língua da sociedade maior, o português. Por essa razão, apesar de atualmente o holandês não ser mais falado por toda a comunidade, foi essa língua minoritária que estabeleceu a própria identidade do grupo etnolinguístico, uma vez que a identidade é construída a partir da história do grupo social.

Sumarizando o que foi dito até o momento, a maioria dos “holandeses” de Carambeí considera-se “holandês” em oposição aos “brasileiros” que não têm ascendência holandesa e também são considerados “holandeses” pelos “não-holandeses”. Dessa forma, passam a formar um grupo étnico, pois a identidade social surge ao identificar-nos como membros de uma comunidade em que nos definimos como o endogrupo, em oposição aos demais, que são definidos como o exogrupo. Nessa definição, identidade é entendida como alteridade, pois não é possível falar desse construto sem se perguntar pelo Outro e pela nossa relação com esse Outro, da qual deriva a comparação com ele (KRAMSCH, 1998, p. 8).

No entanto, é necessário esclarecer que não há uma distinção categórica entre uma identidade e outra, de modo que a passagem de um polo a outro se dá, na realidade, na forma de um processo contínuo (AMÂNCIO, 2007, p. 91). Assim sendo, “ser brasileiro”

pode ser interessante em determinados momentos, como, por exemplo, na escola, na universidade, quando se está perto de “brasileiros” (fora da colônia) e não se quer destoar daquele grupo (fazendo negócios, no trabalho) ou perto dos “holandeses da Holanda”. Por outro lado, em outras situações sociais dentro da colônia, na igreja, na família, nas amizades e no grupo de jovens, é interessante “ser holandês”. Por essa razão, os “holandeses” ainda preferem namorar e casar entre si, principalmente porque têm a mesma religião e os mesmos costumes.

- (29) Vou ofender a senhora, mas queria que eles casassem com holandês. Aí no fim a gente tinha que escolher um rapaz do mesmo raça. Então segurava demais. Aí a gente não sentiu tanto. Agora vai passar isso. Já tá passando, aliás, não tá mais assim. Ninguém contra casar com outra raça. Mas então... Não sou contra, a gente não é contra a raça. Nós não somos nem um pouco. A gente não tem destinação. Mas o povo não aceita quase é a religião, principalmente. Religião diferente. Tinha muita medo que a gente perdesse aquela fê que eles [tinham quando] vieram aqui, né? (WGG)

Dessa forma, pode-se dizer que:

Tudo depende, portanto, dos papéis sociais desempenhados e dos interesses vigentes, afinal, como já afirmamos anteriormente, os processos de identidade e diferença não são, nunca, inocentes ou desprovidos de ideologias. Trata-se, portanto, de um jogo de interesses que, pode até ser jogado inconscientemente, mas que define quando é feita e “identificação” e quando se deve optar pela “diferenciação”, ou seja, é a esse jogo que se atribui a delimitação entre a “identidade” e a “diferença”. (AMÂNCIO, 2007, p. 91)

Considerações finais

No início deste trabalho, nos propomos responder a uma série de questões a respeito da colônia holandesa de Carambeí e da comunidade “holandesa” que lá se estabeleceu há quase um século. Propomo-nos analisar mais detidamente o indivíduo “holandês”, no sentido de estabelecer a(s) identidade(s) que este manifesta. Não desconsiderando o fato de que o município de Carambeí é bastante complexo cultural e linguisticamente, este estudo pretendeu descrever a situação linguística da comunidade “holandesa” de Carambeí, razão pela qual tomou-se como unidade de análise a comunidade de fala holandesa, a família e o indivíduo bilíngues em português/holandês.

No que diz respeito à identidade manifestada pelos “holandeses”, em geral, percebe-se que se estabelecem três grupos distintos: o dos “brasileiros”, dos “holandeses” e dos nem “brasileiros” e nem “holandeses” (ou *carambianos*, *descendentes de holandeses*).

Enfim, considerando esses resultados, parece não restar dúvida de que a identidade dos “holandeses” de Carambeí passa por um processo de mudança impulsionada pelos jovens, que constituem a parcela da população mais propensa à influência externa à comunidade. Essa maior propensão à influência externa deve ser atribuída não somente à receptividade ao novo, num sentido passivo, mas também porque transitam mais entre a colônia e as cidades vizinhas, seja para fins de estudo, trabalho ou lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, R. G. *As “cidades trigêmeas”*: um estudo sobre atitudes linguístico-sociais e identidade. 2007. 102 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ARNOULD, E. J.; WALLENDORF, M. Market-oriented ethnography: interpretation building and marketing strategy formulation. *Journal of Marketing Research*, v. 31, n. 4, p. 484-504, nov. 1994.

FERNÁNDEZ, F. M. Actitudes Lingüísticas. In: _____. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, SA: 1998. p. 179-193.

HEATH, S. B. Ethnography in education: defining the Essentials. In: GILMORE, P.; GLATTHORN, A. A. (Orgs.) *Children in and out of school*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1982, p. 35-55.

KRAMSCH, Claire. *Language and Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEY, J. Etnia, Identidade e Língua. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e Identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 69-88.

PENNA, M. Relatos de imigrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e Identidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 89-112

_____. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. *The ethnography of communication, an introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1989.

SILVA, T. T. da. A Produção da Identidade e da Diferença. In: _____ (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

TOSCAN, M. P. *O comportamento linguístico na comunidade bilingue italo-brasileira de Nova Pádua/RS: identidade, prestígio e estigma linguísticos*. 2005. 189 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

Análise da concordância nominal em Irati e Pato Branco, PR

(Analysis of nominal concordance analysis in Irati and Pato Branco, PR)

**Loremi Loregian-Penkal¹, Odete Pereira da Silva Menon²,
Edson Domingos Fagundes³**

¹Departamento de Letras, Campus de Irati – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

²Pós-Graduação em Letras/Estudos Linguísticos – Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq)

³Departamento de Letras – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

lpenkal@irati.unicentro.br, odete@ufpr.br, edsondfagundes@utfpr.edu.br

Abstract: This paper presents the results of the analysis of nominal concordance (NC) in the Portuguese spoken in Irati and Pato Branco, BR, data taken from VARSUL project - Variação Linguística Urbana na Região Sul (Urban Linguistic Variation in Brazil's South Region) in order to continue the research that aims at describing NC of the Portuguese spoken in Parana. In this study, we consider the intrasyntagmatic NC, especially when the determinative factor is the possessive pronoun. Data analysis was performed through quantitative sociolinguistics, took into account linguistic and extra-linguistic factors, and also verified whether the ethnic occupation in the territory interferes in the use of NC as both Irati and Pato Branco have distinct ethnic group settlements: Irati was populated by Slaviac people whereas Pato Branco was populated due to an internal migration of peoples from other Southern States (Santa Catarina and Rio Grande do Sul).

Keywords: VARSUL – Irati / Pato Branco (PR); nominal concordance; distinct ethnic occupation.

Resumo: Neste trabalho, apresentamos os resultados da análise da concordância nominal (CN) das cidades de Irati e Pato Branco, PR, que integram o Banco de Dados Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL), dando continuidade, assim, à pesquisa que tem por objetivo descrever a CN nas cidades do banco de dados do Paraná. Consideramos a CN intrassintagmática, sobretudo quando um dos determinantes é o pronome possessivo. A análise dos dados – feita via sociolinguística quantitativa, pelo pacote VARBRUL – leva em conta fatores linguísticos e extralinguísticos e visa também a verificar se a ocupação étnica diferenciada do território interfere na CN dos falantes, pois tanto Irati quanto Pato Branco tiveram em sua colonização grupos étnicos distintos: para Irati vieram povos eslavos e Pato Branco foi fruto de migração interna, gaúcho-catarinense.

Palavras-chave: VARSUL – Irati / Pato Branco (PR); concordância nominal; ocupação étnica diferenciada.

Considerações iniciais

Uma das contribuições dadas pelo VARSUL tem sido descrever comparativamente as variações linguísticas e sociais presentes nas cidades do banco de dados. Nesse sentido, está sendo levada a efeito, pelo Grupo de Pesquisa VARSUL-PR, a análise da concordância nominal de número nas cidades paranaenses: Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco.

Neste trabalho, propomos apresentar os resultados já obtidos para as cidades de Irati e Pato Branco, considerando a concordância nominal de número (CN) intrassintagmática, deixando para outra etapa a concordância do sujeito com o predicativo. O sintagma nominal (SN, terminologia e abreviatura que empregaremos doravante) ou, ainda, locução nominal (LN), é a estrutura composta de um núcleo, sozinho, ou de um núcleo

acompanhado de determinantes e de outras classes de palavras, que pode ocupar a função de sujeito, objeto direto e indireto, agente da passiva, complemento nominal. O número máximo de componentes do SN em português é nove, incluindo o núcleo, conforme o quadro, reproduzido abaixo, elaborado por Back e Mattos (1972, p. 312), que dividem as locuções em: verbal, substantiva, adjetiva e adverbial:

Quadro 1. Estrutura do SN (a locução substantiva de Back e Mattos (1972, p. 312))

Demonstrativos	Possesivos	Cardinais	Ordinais	Qualificativos	Núcleo	Especificativos	Pátrios	Qualificativos
Estes	meus	três	outros	grandes	livros	culturais	brasileiros	maravilhosos
Aqueles	teus	dois	últimos	novos	amigos	literários	suecos	interessantes

No entanto, dificilmente registramos ocorrências de SNs com todas as casas da estrutura preenchidas: essa configuração é o limite virtual de composição. Em nosso trabalho, tivemos exemplos de ocorrências com todas as categorias lexicais elencadas no quadro acima; com exceção dos numerais¹ cardinais, que deixamos de considerar, porém, esses SNs constituem-se de, no máximo, quatro itens, conforme ilustram os exemplos (01-04):

(01) ...vi isso tudo com os meus próprios olho. (PBR 05 FASEG2 2)²

(02) Todos os meus bens não serviram... (IRT 22 M B GIN)

(03) ...e aí fez todos os exames laboratoriais que eram... (PBR 04 FAGIN)

(04) ...os meu menino gêmeos que ficaram... (PBR 07 F B PRI)

Como se verifica no quadro dos autores, à exceção dos cardinais, todos os outros componentes do SN podem receber marca de plural: marcação altamente redundante, pois. Do ponto de vista comunicativo, esse número elevado de marcas não acarreta informação nova, o que talvez esteja na base do desaparecimento da marca, sob certas condições. São essas condições que se pretende avaliar nas ocorrências de SNs, nas duas cidades do Paraná, a fim de testar se a regra estabelecida nos estudos de Scherre (1988, apresentada abaixo) também se aplica ou se haveria variações regionais, seja da aplicação da regra, seja de regras diferenciadas.

Para se entender isso, é importante mencionar os casos em que um dos determinantes é o pronome possessivo, pois parece que, em Irati, se põe em xeque a regra de CN proposta e estudada por Scherre (em uma série de trabalhos, a partir dos dados do dialeto carioca, em sua tese de doutorado, de 1988) e outros autores que seguiram o seu modelo, para verificar a sua aplicabilidade em outros dialetos do PB (português do Brasil): quanto mais à esquerda do núcleo, maior a probabilidade de aparecer a marca morfológica de plural, como em *as menina bonita*.

¹ A exclusão dos numerais ocorreu para que tivéssemos um controle maior da amostra de dados variáveis. Em um segundo momento, no entanto, os numerais serão retomados para refinamento da análise.

² Após cada exemplo encontram-se as características sociais dos falantes, nesta ordem: cidade (PBR: Pato Branco; IRT: Irati); número do informante (de 1 a 24); sexo (F ou M); idade (A: 25 a 49; B: mais de 50) e escolaridade (P: primário – 1 a 4 anos de escola; G: ginásio – 5 a 8 anos de escola; C: colegial – 9 anos de escola ou mais).

O levantamento dos casos de CN em Irati e Pato Branco nos dá as seguintes situações: (i) há concordância idêntica aos demais dialetos do PB; (ii) há casos de núcleo do SN no singular com determinantes no plural, como em *meus pai, dos teus pai*; (iii) a posição do pronome possessivo (anterior ou posterior ao núcleo) não interfere na alternância da CN (*as minha unha tão feia; as conta minha*); (iv) uma concordância especial, com o que denominamos **vocábulo fonológico** (dois vocábulos interpretados como se fossem uma única sequência sonora — o vocábulo fonológico — e que funcionaria morfológicamente como se fosse uma palavra composta): moradores de *conjunto habitacionais* (plural de “conjunto-habitacional”), *essas academia militares* (plural de “academia-militar”); (v) outro tipo de vocábulo fonológico, constituído de artigo, antecedido ou não de preposição, mais pronome possessivo e com núcleo ou no singular: *do meus amigo, co meus filho, pelo meus neto, co meus aluno, do meus cachorro; ou no plural: no meus filhos, pro teus filhos, da minhas viagens*.

A aparente discrepância de CN nesses dois últimos casos (em relação à regra proposta por SCHERRE) pode ser resolvida se considerarmos que o falante analisa a sequência fonológica como um todo, como se fosse um vocábulo composto: assim, como vimos, *academia-militar* teria como plural *academia-militares*; *pelo-meu neto* teria *pelo-meus neto*; o plural de *pro-teu filho* seria *pro-teus filhos*.³

A análise dos dados da alternância na CN intrassintagmática é feita via sociolinguística quantitativa, pelo pacote VARBRUL, levando em conta fatores linguísticos e extralinguísticos.

Além disso, uma de nossas preocupações é também verificar se a ocupação étnica diferenciada do território interfere na CN dos falantes, uma vez que Irati e Pato Branco foram colonizadas por diferentes grupos étnicos, pois para Irati vieram povos eslavos (poloneses, russos, ucranianos) e para Pato Branco vieram contingentes populacionais fruto da migração interna, gaúcho-catarinense.

Concordância nominal no Português do Brasil (PB)

Os primeiros estudos que abordaram a CN do PB foram efetuados por dialetologistas e datam do começo do século XX. Para suas pesquisas, tais estudiosos utilizavam-se principalmente de informantes iletrados, moradores da zona rural, como, por exemplo, Amadeu Amaral (1920, p. 56), em *O Dialeto Caipira*:

- (05) Quando o s pluralizador vem precedido de vogal a que se apoia, desaparece também esta: os ingrêis (ingleses), as páis (pazes), às vêiz (vezes), as côr (côres).
- (06) Exceptuam-se os determinativos, que conservam o s: unas, argunas, certos, muitos, êstes, duas, suas, minhas, etc. assim como o pronome êles, elas. Quando pronominais, porém, os determinativos podem perder o s: Estas carta não são as MINHA.
- (07) De acôrdo com as regras acima, - e abstraindo-se das flexões verbais, - a pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos: OS rei, DUAS dama, CERTAS hora, UNAS fruta, AQUÊLES minino, MINHAS ermã, SUAS pranta.

³ A discussão mais aprofundada a respeito de vocábulo fonológico é objeto de outro trabalho que está sendo elaborado.

- (08) O qualificativo foge, como o subst., à forma pluralizadora: os rei MAGO, duas casa VENDIDA, unas fruta VERDE, as criança távum QUETO. Abrem exceção apenas algumas construções, quase sempre expressões ossificadas, em que há anteposição do adject.: boas hora, boas tarde.

Apesar de Amadeu Amaral atribuir essas realizações aos falantes do dialeto caipira, vamos observar, na sequência da exposição, como o fenômeno não se circunscreve a falantes incultos, de zonas rurais. Tal situação delinea a concordância nominal de número como um caso de variação inerente no PB, pois os resultados obtidos até o momento evidenciam uma regularidade que não pode mais ser ignorada.

No âmbito da Sociolinguística quantitativa, o fenômeno da concordância de número passou a ser objeto de estudo, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Tal iniciativa deu-se com o trabalho de Braga e Scherre (1976), com a comunicação intitulada “A concordância de número no SN na fala urbana do Rio de Janeiro”, apresentada no I Encontro Nacional de Linguística, na PUC/Rio.

A partir daí, o fenômeno foi retomado por vários pesquisadores, entre os quais, Braga e Scherre (1976), Scherre (1978), Ponte (1979), Nina (1980) e Guy (1981). Em 1988, Scherre reanalisa a concordância de número em sua tese de doutorado e o faz “com vistas a encontrar o conjunto de regularidades capazes de restringir a inserção ou o apagamento do morfema /S/ de plural” (1988, p. 62).

O trabalho de Scherre (1988) é considerado o grande marco no estudo da concordância nominal do PB. Nele a pesquisadora efetua um minucioso levantamento dos trabalhos anteriores sobre esse tema e das variáveis até então trabalhadas. Além disso, analisa as influências de fatores linguísticos e extralinguísticos no estudo da concordância nominal, postulando a existência de um sistema que gerencia essa variação. Nesse sistema seria possível prever em quais estruturas linguísticas e sob que condições sociais o informante estaria mais propenso a manifestar marcas de plural no SN. Podemos sintetizar o modelo de Scherre desta forma: quanto mais à esquerda do núcleo, maior probabilidade de aparecer a marca morfológica de plural, como em *as casa grande*.

Vários pesquisadores seguiram o modelo proposto por Scherre (1988), para verificar a convergência ou não de regularidades linguísticas entre os resultados obtidos no Rio de Janeiro e em outros dialetos do PB. Entre eles podemos citar as dissertações de mestrado de Dias (1993) e Fernandes (1995).

Dias (1993) analisa dados de alunos da quarta série do Ensino Fundamental de escolas urbanas e rurais de Brasília-DF. A autora conclui que “as diferenças de aplicação da regra entre as duas amostras mostraram ser basicamente uma diferença de grau” (DIAS, 1993, p. 1) e que tanto a fala urbana quanto a rural apresentam uma mesma gramática, já que são regidas pelas mesmas restrições estruturais.

Já Fernandes (1995) realiza a análise de 48 informantes do *corpus* do Projeto VARSUL, caracterizada como fala informal, e de 19 informantes de diferentes procedências regionais, cujas falas foram gravadas de entrevistas televisivas, que a autora caracteriza como fala formal. Os resultados da análise efetuada com dados do Sul são bastante similares aos encontrados no Rio de Janeiro, inclusive a autora testou as mesmas variáveis e hipóteses estipuladas por Scherre (1988), fato que possibilitou um início de estudo comparativo entre as duas amostras analisadas.

Concordância nominal em Irati e Pato Branco – Paraná

O grupo de pesquisa do Varsul-Paraná vem se dedicando ao estudo da CN nas cidades paranaenses do banco, a fim de verificar se a regra geral do fenômeno, classificada por Scherre e Naro (1997, p. 93) como um “caso típico de variação inerente” no PB, se aplicaria no estado, apesar de ela apresentar uma realização bastante característica na região Sul do Brasil, quando um dos determinantes é pronome possessivo (*o meus filho*).

Para gerar condições de comparabilidade com outras regiões do Brasil, adotou-se para os GFs linguísticos o critério de tentar utilizar aqueles já empregados em outras pesquisas sobre o mesmo fenômeno. A igualdade absoluta não foi possível, visto que, em alguns trabalhos, apareceram casos que não foram registrados na nossa amostra, como aquele de Dias (1993, p. 124): “Aí tinha três *filhotin*, den da barriga dela (Paul, 10, r, m)”, classificado como “redução do item lexical”. No campo das variáveis extralinguísticas, há a limitação natural do banco: *sexo*, *idade* (25-45 e mais de 50 anos), *escolaridade* (até cinco anos, oito e onze anos) e *etnia*.

Conforme já detalhado, fizemos uma restrição na análise dos dados da alternância na CN: consideramos somente a concordância **intrassintagmática**, deixando para a próxima etapa a concordância com o predicativo. Da mesma forma que em outros trabalhos, a variável linguística dependente foi a **presença/ausência** de marca morfológica de plural nos elementos do sintagma nominal (SN) e as variáveis independentes linguísticas foram: posição linear dos elementos no SN (isto é, se o elemento sob análise aparece na primeira, segunda, terceira ou quarta posição); classe gramatical das palavras; relação com o núcleo do SN (se anteposto não-nuclear, nuclear ou posposto não-nuclear); tipos de formação de plural (para testar a saliência fônica das terminações); marcas precedentes (se há presença ou ausência de marcas de plural); contexto fonológico seguinte (se há vogal, consoante ou pausa; para eliminar os casos problemáticos, como “nas porta_? sabe?”); grau dos substantivos⁴ e adjetivos (se o termo sob análise aparece no grau normal, no aumentativo ou no diminutivo); tonicidade das palavras no singular (oxítonas, paroxítonas ou proparoxítonas); traço semântico ou animacidade dos substantivos (se os substantivos em análise são [+] ou [-] animados).

Como pretendemos fazer o levantamento das quatro cidades do Paraná, começamos por Irati, visto que, no estudo de outros fenômenos (apagamento do *se* reflexivo em Bandeira (2007), e na alternância indicativo/subjuntivo em Fagundes (2007)), essa localidade já havia apresentado características mais conservadoras, quando comparada com as outras três do Banco Paraná. Em seguida efetuamos o levantamento e a análise dos dados de Pato Branco.⁵

Em Irati, foram nove os GFs selecionados como estatisticamente relevantes pelo VARBRUL: 1. relação com o núcleo do SN; 2. posição linear no SN; 3. escolaridade; 4. grau do substantivo e do adjetivo; 5. tipos de formação de plural; 6. sexo do informante; 7. traço semântico; 8. idade e 9. classe gramatical.

⁴ É interessante observar que, no caso dos aumentativos que passaram a constituir entrada lexical independente, como *giletão*, *machão*, *bailão*, *bodegão*, a não-concordância foi categórica.

⁵ Os resultados de Irati foram apresentados no GEL de 2008 e os de Pato Branco, no CELLIP de 2009. A comparação dos dados das duas cidades foi apresentada no GEL de 2010.

Para Pato Branco, somente sete GFs foram selecionados, a saber: 1. posição linear no SN; 2. relação com o núcleo; 3. traço semântico; 4. grau do substantivo e do adjetivo; 5. sexo do informante; 6. idade e 7. escolaridade.

Veja-se que o GF *escolaridade* é escolhido em terceiro lugar para Irati e em sétimo, e último, para Pato Branco. Em relação às variáveis *tipos de formação de plural* e *classe gramatical*, ambas são selecionadas na rodada para Irati e não são selecionadas para Pato Branco. Já as outras seis variáveis são selecionadas em ambas as localidades, mas a ordem de seleção das mesmas não coincide integralmente nas duas cidades analisadas.

Na rodada conjunta com os dados de Irati e Pato Branco, tivemos oito GFs selecionados, nesta ordem: 1. relação com o núcleo; 2. escolaridade; 3. posição linear; 4. grau do substantivo e do adjetivo; 5. idade; 6. cidade; 7. traço semântico e 8. classe gramatical das palavras.

Os resultados

A partir dessa seleção das variáveis, passamos a apresentar os resultados. Daremos ênfase, neste trabalho, às três primeiras variáveis selecionadas — na rodada com as duas cidades juntas: *relação com o núcleo*; *escolaridade* e *posição linear*, mostrando, no entanto, tabelas por cidade, pois os GFs são diferentes.

Na tabela 1 encontram-se os dados relativos à concordância nominal em sua relação com os elementos de composição dos SNs para os dados de Irati, em especial com o núcleo do SN. Nele podemos constatar que o elemento que mais favorece a presença da marca de plural é a *primeira posição anteposta ao núcleo* do SN, com .63 de peso relativo.⁶ Uma das justificativas seria o fato de que a maioria das ocorrências é composta de SNs de dois elementos. Quando há casos de mais de um elemento anteposto ao núcleo do SN, há um menor favorecimento da marcação de plural (.08). O núcleo do SN (*posição nuclear*) apresenta peso relativo de .43 para preenchimento da marca de plural e as posições pospostas ao núcleo .35.

Tabela 1. Relação com o núcleo – Irati (1ª selecionada)

Fatores/classes	Apl./Total	%	PRel.
Posição não-nuclear: 1ª anteposta	2.100/2.141	98	.63
Nuclear	1.190/2.193	54	.43
Posição não-nuclear: 1ª e 2ª pospostas	133/193	69	.35
Posição não-nuclear: 2ª e 3ª antepostas	144/167	86	.08
Total	3.567/4.694	76	

Na tabela 2 estão os resultados de Pato Branco para a variável relação com o núcleo do SN. Para esta cidade, a variável foi a segunda selecionada pelo programa VARBRUL como

⁶ Os pesos relativos “calculam o efeito dos fatores de cada grupo em relação ao nível geral de ocorrência das variantes e resultam de uma análise multivariada. O efeito, assim calculado, pode ser neutro (0,50), favorecedor (acima de 0,50) ou desfavorecedor (abaixo de 0,50) em relação à aplicação da regra em estudo” (GUY; ZILLES, 2007, p. 211).

estatisticamente relevante. Os elementos que mais favorecem a presença da marca de plural estão *antepostos ao núcleo* do SN, como em *nesses coleginho* e *dos baile daqui* com .82 de peso relativo. O núcleo do SN (*posição nuclear*) e os itens que se apresentam nas posições pospostas, como nos exemplos *as meninas da rua*, *as minhas rolinha* e *pessoas antiga dali* são os que menos favorecem as marcas de plural com .19 e .14, respectivamente.

Tabela 2. Relação com o núcleo – Pato Branco (2ª selecionada)

Fatores/classes	Apl./Total	%	P.Rel.
Posição não-nuclear: 1ª, 2ª e 3ª antepostas	1.414/1.430	99	.82
Nuclear	838/1.334	63	.19
Posição não-nuclear: 1ª e 2ª pospostas	70/119	59	.14
Total	2.323/2.883	81	

Note-se que foi necessário efetuar amalgamações (combinação de fatores semelhantes linguisticamente, bem como de efeitos quantitativos não muito distintos) por um lado, entre a 1ª, 2ª e 3ª posições não nucleares antepostas, e, por outro, na 1ª e 2ª posições pospostas ao núcleo em virtude de *nocautes* (correspondem a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente, ou seja, ocorrem *nocautes* quando há dados categóricos) ocorridos nos dados desta cidade.

Comparando o resultado obtido para esta variável nas duas cidades, percebe-se que se confirmam os resultados obtidos por vários estudiosos da CN no PB, especialmente Scherre, de que quanto mais à esquerda do núcleo, mais alta a probabilidade de aparecer a marca morfológica de plural. Isso fica evidente pelo menos nos resultados de Pato Branco. Em Irati, tal resultado se confirma nas ocorrências de primeira posição anteposta não-nuclear, mas não ocorre o mesmo na segunda e terceira posições antepostas não-nucleares, cujo peso relativo é bastante baixo (.08). Ou seja, parece que, para os falantes de Irati, o aparecimento da marca de plural na primeira posição do SN já é suficiente para demarcar o plural do SN, como em *as menina*, *uns gole*, *aqueles carro*, *pelos fundo*, *meus filho*, *diversos caso*.

Na tabela 3 encontram-se os resultados relativos à posição linear dos elementos no SN para Irati e na tabela 4 podem ser conferidos os resultados de Pato Branco. A tabela 3 nos confirma parte dos resultados já apresentados na tabela 2; ou seja, a marcação de plural sendo favorecida na primeira posição com .79 de peso relativo (uma vez que grande parte dos SNs é composta de dois elementos), e, por sua vez, a segunda posição, que, em boa parte dos casos vem ocupada pelo núcleo do SN, tem o menor peso relativo para esse conjunto de dados, ou seja, .23, desfavorecendo, portanto, a presença de marcas de plural.

Esses resultados nos permitem confirmar trabalhos anteriormente já mencionados, em especial os de Scherre.

Tabela 3. Posição linear do elemento no SN – Irati (2ª selecionada)

Posição	Apl./Total	%	P.Rel.
Primeira	2.157/2.204	98	.79
Quarta	7/8	88	.56
Terceira	182/286	64	.28
Segunda	1.221/2.196	56	.23
Total	3.567/4.694	76	

A tabela 3 nos evidencia que a *primeira* posição aparece com pesos relativos altamente favorecedores (.79) de aparecimento da marca de plural. Em seguida aparecem os dados da *quarta* posição, que apresenta um conjunto bastante reduzido de dados, como em *o meus avós paternos*, e também favorece a presença da marcação de plural, com .56 de peso relativo. Já os dados da *segunda* posição (.23) e os que ocorrem na *terceira* posição apresentam baixa probabilidade de carregar a marca de plural (.28).

A tabela 4 estão os dados de CN em relação à *posição linear* do elemento no SN para Pato Branco. Os pesos relativos nos permitem constatar que a marcação de plural está sendo favorecida quando se trata da primeira posição do SN (*as pessoa, uns grileiro, esses cara*), com .69 de peso relativo (uma vez que grande parte dos SNs é composta de dois elementos), e, por sua vez, a *segunda* posição, que em boa parte dos casos vem ocupada pelo núcleo do SN, tem o menor peso relativo para esse conjunto de dados, ou seja, .34, desfavorecendo, portanto, a presença de marcas de plural.

Tabela 4. Posição linear do elemento no SN – Pato Branco (1ª selecionada)

Posição	Apl./Total	%	P.Rel.
Primeira	1.330/1.349	99	.69
Terceira	133/193	69	.41
Quarta	6/10	60	.39
Segunda	854/1.331	64	.34
Total	2.323/2.883	81	

A terceira variável selecionada como relevante para Irati é a escolaridade. Na tabela 5 podemos perceber que os falantes do segundo grau apresentam peso relativo de .61, com favorecimento da presença de marcas de concordância. Já os falantes do ginásio, com .49, aparecem com leve desfavorecimento da presença de marcas de concordância e com peso relativo bastante próximo ao ponto neutro. Os falantes do primário, por sua vez, possuem peso relativo de .38, desfavorecendo, portanto, a aplicação da regra de CN.

Tabela 5. Escolaridade do informante – Irati (3ª selecionada)

Fatores	Apl./Total	%	P.Rel.
Segundo Grau	1.361/1.675	81	.61
Ginásio	1.246/1.658	75	.49
Primário	960/1.361	71	.38
Total	3.567/4.694	76	

Dessa forma, a probabilidade maior de surgimento de marca de concordância se dá nos falantes do *segundo grau*, seguidos pelos do nível *ginásial* e com menor probabilidade de ocorrência da marca de plural aparecem os falantes do *primário*.

Podemos inferir, então, que a passagem pela escola, no tocante à concordância nominal, parece surtir algum efeito nos dados de Irati. Não que acreditemos que a escola seja altamente competente, mas sim que se trata de uma ação mais intensificada pela escola, sobre o efeito social de que se reveste o uso da não-concordância. De fato, diferentemente de outros fenômenos de variação do PB (como o de *nós/a gente*, p. ex.), há um estigma linguístico-social evidente que marca negativamente as pessoas que não produzem concordância nominal (e, talvez, também a verbal, cf. NARO; SCHERRE, 1999) no Brasil. A falta desta sempre é atribuída a pessoas de baixa renda e de pouca ou nenhuma escolaridade.

Em relação à *escolaridade* dos falantes de Pato Branco (cf. Tabela 6) são os informantes com escolaridade *primária* os que mais favorecem o uso da marca de plural (.69). Os falantes de escolaridade *ginásial* apresentam peso relativo de .52; portanto bastante próximo ao ponto neutro. Os falantes com escolaridade *segundo grau*, que teriam sido os mais expostos à educação formal, são os que menos favorecem a marca de plural, com .31 de peso relativo.

Tabela 6. Escolaridade do informante – Pato Branco (7ª, e última, selecionada)

Fatores	Apl./Total	%	P.Rel.
Segundo Grau	767/1.078	71	.31
Ginásio	694/844	82	.52
Primário	862/961	90	.69

Assim, percebe-se uma diferença digna de nota entre os resultados da variável escolaridade para Irati e Pato Branco. Tal diferença já se inicia na questão da seleção da variável pelo programa VARBRUL, em que se mostra muito mais relevante para Irati (terceira selecionada, de nove) que para Pato Branco (última selecionada, de um total de sete). As diferenças continuam em relação aos resultados obtidos, conforme detalhamos acima, levando-nos a questionar se esses resultados não seriam reflexo da diferente ocupação étnica do território paranaense.

Ressalte-se que a colonização de Irati é resultado de uma migração étnica mais homogênea (povos eslavos) e, portanto, acreditamos que se tenha formado um núcleo mais “fechado”, sob forte influência de agentes sociais como a igreja e a escola,

principalmente no que diz respeito à preservação da língua (como é o caso do culto religioso — rito bizantino ucraniano — feito ainda hoje em língua ucraniana, bem como do ensino da língua ucraniana nas escolas). Já no que se refere a Pato Branco, a cidade foi colonizada por diferentes grupos migratórios, em especial por gaúchos e catarinenses, descendentes de diferentes etnias (alemã, italiana, entre outras), o que nos dá um panorama cultural e linguístico bastante diversificado.

Palavras finais

Da análise efetuada, podemos afirmar que os resultados de Irati e Pato Branco não diferem substancialmente daqueles já apresentados em outras pesquisas, ou seja, de que a marca de CN está condicionada a fatores linguísticos e extralinguísticos, tais como a relação dos elementos com o núcleo do SN, a posição dos elementos dentro do SN e a escolaridade — os mais relevantes do ponto de vista estatístico.

Os dois primeiros reforçam a tese de Scherre (1988), segundo a qual, quanto mais à esquerda do núcleo do SN estiver o elemento em análise, maior será o favorecimento da presença de marca de plural.

Em relação à questão da ocupação étnica diferenciada do território, constatamos diferenças significativas nas duas cidades analisadas, principalmente no tocante à variável *tipo de formação de plural*, que apresenta aparente incongruência: esse GF foi selecionado quando se rodou Irati, mas não em Pato Branco, apesar de a amostra ter sido feita com uma única metodologia, a do projeto VARSUL, e com exatamente os mesmos GFs, tanto os linguísticos, quanto os sociais,⁷ denotando que se precisa (re)pensar também os grupos de fatores não-selecionados pelo VARBRUL.

Das variáveis aqui enfocadas, a maior diferença se deu na questão da escolaridade, que nos dados de Irati se mostrou mais relevante e denotando a existência de um aumento na marcação de concordância de acordo com o maior tempo de exposição ao ensino formal. O mesmo não ocorreu nos dados de Pato Branco, pois a escolaridade foi a última selecionada como estatisticamente relevante e com resultados contrários à expectativa, com falantes de nível primário (até cinco anos de escolaridade) fazendo mais uso de marcas de concordância que os do segundo grau e ginásio (onze e oito anos de escolaridade, respectivamente). Teríamos aí uma diferença que poderia ser atribuída à ocupação étnica diferenciada do território paranaense? Somente com pesquisas mais direcionadas conseguiríamos ter certezas (ou não) perante essa questão.

Além disso, há diferenças também na ordem de seleção dos GFs pelo VARBRUL nas duas cidades, bem como na quantidade de GFs selecionados, conforme apontamos.

Ressaltamos que, no que se refere aos dados do Paraná, o fenômeno denominado de vocábulo fonológico, observado nos dados de Irati, e que, aparentemente, poderia contrariar a regra de CN proposta por Scherre, ainda encontra-se em fase de análise por parte da equipe de pesquisadores do VARSUL-PR. Contudo, ao considerarmos as observações já apontadas anteriormente — que formação de plural do vocábulo fonológico funcionaria segundo uma das regras de formação de plural de palavras compostas da gramática tradicional —

⁷ A discussão pormenorizada a respeito da variável tipo de formação de plural será objeto de análise em outro trabalho, a sair na *Revista Gragoatá* número 29.

aparentemente, podemos considerar a hipótese de que a regra de Scherre continua a poder ser aplicada a todos os dialetos do PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. *O dialecto caipira*. Gramática. Vocabulário. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

BACK, E.; MATTOS, G. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972.

BANDEIRA, G. *O apagamento de SE nas funções sujeito e objeto*. 2007. 249 f. (Doutorado em Letras-Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BRAGA, M. L.; SCHERRE, M. M. P. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1976. p. 464-477.

DIAS, M. C. *A variação na concordância nominal: um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense*. 1993. 174 f. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília.

FAGUNDES, E. D. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. 220 f. (Doutorado em Letras-Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FERNANDES, M. *Concordância nominal na Região Sul*. 1995. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 1981. Ph.D. Dissertation. University of Pennsylvania, Philadelphia.

_____.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: MCWHORTER, John (Ed.). *Current issues in pidgin and creole linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1999. p. 225-235.

NINA, T. J. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na micro-região de Bragantina*. 1980. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PONTE, V. M. L. *A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre*. 1979. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1978. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 554 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____.; NARO, A. J. A concordância de número no português do Brasil: Um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-115.